

# CASSI

## Depois do NÃO, é preciso negociar



Com explicações e orientações do Sindicato, associados disseram NÃO à proposta do BB



Após o estrondoso NÃO que os funcionários do BB deram ao banco para as mudanças no Estatuto da Cassi, suas entidades representativas continuam cobrando da diretoria a reabertura das negociações. Essa é a única maneira de confrontar propostas e construir soluções de consenso para a sustentabilidade do Plano de Saúde.

Carta já foi enviada às direções do BB e da Cassi solicitando a abertura do diálogo. Mas, até o fechamento deste informativo, nenhuma resposta foi dada às entidades. Os associados esperam que o banco e os gestores da Caixa de Assistência não estejam apostando no caos, como chegaram a ameaçar durante a consulta sobre o Estatuto.

O recado dos associados foi claro: não aceitam mudanças que impliquem em prejuízo para os trabalhadores e seus dependentes, enquanto o banco reduz sua participação finan-

ceira e passa a controlar a Cassi. É preciso construir outra solução, que seja viável para ambas as partes.

O Sindicato, que está empenhado em contribuir para o diálogo e evitar perdas aos associados, manterá a mobilização junto ao funcionalismo, assim como fez durante a consulta sobre o Estatuto. A entidade, que visitou diversas agências, explicando aos trabalhadores os prejuízos da proposta do banco, contribuiu para que mais de dois terços dos associados dissessem NÃO às diretorias do BB e da Cassi.

“Não podíamos dizer SIM a uma reforma que não foi discutida com o corpo social e suas entidades, que onerava o plano de saúde para os participantes, que reduzia a contrapartida do patrocinador, que excluía pessoas, e que dava o controle da Cassi para o BB”, destaca o presidente do Sindicato, Márcio dos Anjos.

## Resolução CGPAR é suspensa e cai por terra a pressa do BB

Conforme previu e alertou o Sindicato para a categoria bancária, a Resolução 23/2018 da CGPAR, que limita os gastos das empresas estatais com a saúde dos seus empregados, foi suspensa pela Justiça. Em decisão preliminar, atendendo recurso da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB), o desembargador federal Jirair Meguerian determinou que a Resolução perca a sua eficácia até o julgamento definitivo do processo.

Além de uma vitória para os trabalhadores, a decisão reforça o acerto do Sindicato e demais entidades da categoria em defender o voto NÃO para a mudança estatutária da Cassi. Agora, cai por terra outra vez a pressa do banco em se adequar à Resolução, além de abrir-se mais tempo para o debate e a negociação.

A solução para a sustentabilidade do plano de saúde tem que ser em consenso. Negocia, BB!



## Assédio Moral atinge a metade dos empregados da Caixa

**PÁGINAS 2 E 3**

# Pesquisa revela adoecimento crônico

Um terço teve algum problema de saúde relacionado ao trabalho



Um em cada três empregados da Caixa diz ter apresentado algum problema de saúde em decorrência do trabalho nos últimos 12 meses. Entre os que tiveram algum problema, 10,6% relataram depressão. Doenças causadas por estresse e doenças psicológicas representam 60,5% dos casos. Entre os que tiveram problemas, 53% precisaram recorrer a algum medicamento. Os remédios mais usados foram os antidepressivos e ansiolíticos (35,3%), os anti-inflamatórios (14,3%) e os analgésicos (7,6%).

Esses são alguns dos dados evidenciados na Pesquisa Saúde do Trabalhador da Caixa, encomendada pela Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa (Fenae). O estudo é inédito e revela o quanto o modelo de gestão do banco, a sobrecarga de trabalho e a ausência de uma política de saúde do trabalhador estão prejudicando a vida de milhares de pessoas e provocando um verdadeiro quadro de adoecimento crônico na categoria.

O estudo foi apresentado ao Ministério Público do Trabalho, que no momento analisa os dados e avalia providências a serem tomadas. A Fenae também já forneceu o material à Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) para que o assunto seja pautado na mesa de negociação permanente.

O cenário preocupante se torna ainda mais grave no momento em que o governo federal deseja reduzir o direito dos trabalhadores à assistência médica por meio das resoluções CGPAR. Com as mudanças propostas, o Saúde Caixa, assim como as demais auto-gestões de saúde, se tornará inviável.

A pesquisa, realizada pelo Instituto FSB Pesquisa, ouviu dois mil empregados da Caixa entre os dias 2 e 30 de maio. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, com intervalo de confiança de 95%.

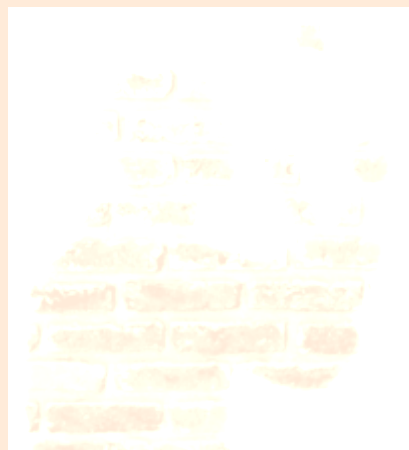
Veja nesta página e na próxima mais dados sobre o levantamento. A pesquisa completa está no site da Federação ([fenae.org.br](http://fenae.org.br))

## Sofrimento contínuo e suicídio

Os episódios de assédio moral só foram registrados junto ao departamento de Recursos Humanos em 3,1% dos casos. Como de costume, a Caixa ignora as situações e negligencia o tratamento da questão.

A pesquisa também mostra que aproximadamente 6% dos empregados tiveram conhecimento de situações de assédio sexual. O Centro-Oeste se destaca como a região onde os empregados mais tiveram conhecimento desse tipo de violência na Caixa, com 10,7%. Em seguida, a região Nordeste (6,8%), Sudeste (5,4%), Norte (3,5%) e Sul (3,2%). O grau de conhecimento de episódios de suicídio também é maior no Centro-Oeste e nas áreas me-  
io.

Muita gente também falou sobre sui-



cídio. Entre os entrevistados, 46,9% tiveram conhecimento de algum episódio entre empregados da Caixa. Mais da metade (51,7%) dos entrevistados conhece colegas que passaram por sofrimento contínuo em virtude do trabalho.

## 53 % sofreu assédio moral

Os resultados da pesquisa também mostram o peso do "assédio moral institucional". Ao todo, 86,5% dos empregados avaliam positivamente a relação com seus chefes imediatos, porém 27,2 reclamam de pressão excessiva por metas.

Foram feitas perguntas sobre uma série de situações típicas de assédio moral na relação com a chefia direta, tais como demanda excessiva por trabalho, pressão, atribuição indevida de erros, ameaças, gritos, entre outras. Entre os entrevistados, 53,6% disseram ter passado por ao menos um desses episódios. Situações como essa também ocorrem com outros colegas, segundo relatam 81,3% dos entrevistados.

# Ônico dos empregados da Caixa

nos últimos 12 meses e mais da metade já sofreu assédio moral

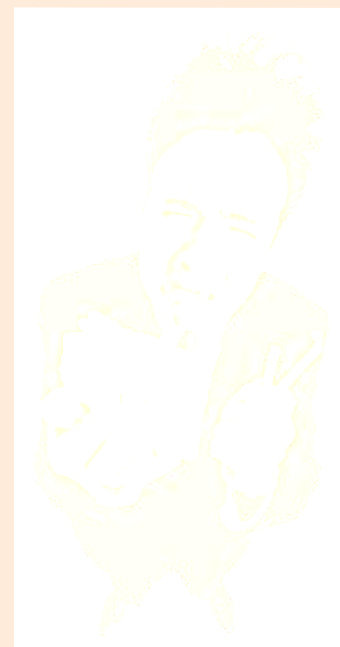


## Subnotificação e negligência

Aproximadamente 8% dos entrevistados disseram já ter entrado em licença médica por problemas de saúde mental. Em média, esses empregados ficaram 125 dias afastados. Os casos não formalizados junto à Caixa, porém, são a maioria. Apenas 4,4% dos que tiveram algum problema de saúde relatam que a Caixa emitiu Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Entre os que entraram de licença por problemas de saúde mental, somente 13,6% tiveram emissão de CAT pela Caixa.

O dado confirma a percepção das entidades sindicais e associativas de todos o país, bem como

as estatísticas oficiais (Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS), quanto à negligência da empresa em relação à questão, ao manter um elevado nível de subnotificação, o que prejudica o enfrentamento das causas do adoecimento e impede o acesso aos direitos previdenciários dos empregados. “A Caixa sonega as informações que é obrigada por lei a notificar aos órgãos de governo e não possui política consistente de saúde do trabalhador. Milhares de pessoas estão adoecendo dentro da Caixa e nós precisamos denunciar isso”, afirma a diretora de Saúde e Previdência da Fenae, Fabiana Matheus.



## Pessoal de agência sofre mais

Empregados que atuam nas agências apresentam mais problemas de saúde que os de áreas meio. Entre os alocados nas unidades administrativas, 26,5% tiveram problemas de saúde relacionados ao trabalho nos últimos 12 meses, frente a 36,4% dos que atuam nas agências.

A subnotificação também é maior nas agências, onde a emissão de CAT só ocorreu em 3,5% dos casos. Já nas áreas meio, os comunicados foram emitidos em 6,8% das situações.

O sofrimento com a sobrecarga também varia conforme a unidade de trabalho. Evidência disso é que 41,2% dos que trabalham em áreas meio e 66,2% dos que atuam em agências se disseram sobrecarregados.

## Sobrecarga, estresse laboral e vida pessoal

Questões relacionadas à gestão do banco estão entre as principais causas do adoecimento dos empregados. Entre os entrevistados, 58% se dizem sobrecarregados em seu trabalho. Falta de pessoal (16,3%) e cobrança excessiva por metas (16%) são os principais motivos de insatisfação.

Aproximadamente 15% dos empregados costumam fazer horas extras com frequência, principalmente os mais jovens e os que tra-

balham em agências.

A pesquisa elaborou um índice de estresse laboral que considera de 0 a 10 o nível de estresse dos empregados no ambiente de trabalho. O resultado mostra que 26,3% dos entrevistados apresentam nível de estresse entre 7 e 10.

O grau de interferência negativa do trabalho na vida pessoal é classificado entre 7 e 10 para 27,1% dos entrevistados. “Isso revela o quanto o adoecimento crônico provocado pela gestão da Caixa não atinge apenas os empregados. O problema afeta também os núcleos familiares, multiplicando o impacto nocivo sobre a sociedade”, questiona a diretora da Fenae.



## GDP

42,5% veem essa política de gestão como abusiva e prejudicial

37,3% dizem que o ambiente de trabalho piorou com a GDP

Política estimula o individualismo, o conflito entre chefia e empregado, e gera situações de assédio

# Financiários garantem aumento real



Acordo foi assinado no dia 9/10 com representantes da Fenacrefi

A exemplo dos bancários, os financeiros conseguiram fechar a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria com aumento real. Para este ano, o ganho foi de 1,22% e, para 2019, o ganho será de 1%.

Como a inflação acumulada na data base do segmento foi inferior a dos bancários, o reajuste total ficou em 3%. O índice incide sobre os salários e todas as cláusulas de natureza econômica, inclusive a PLR.

Outras conquistas foram:

- Um final de semana completo e um domingo de folga por mês para

quem trabalha aos finais de semana. As horas trabalhadas aos sábados terão pagamento de 50% e de domingos e feriados de 100%, ou poderão ser compensadas em até 30 dias depois de trabalhadas.

- Possibilidade de parcelar em até três vezes o adiantamento de férias, que atualmente é descontado integralmente no mês posterior ao descanso.

Todas as demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) anterior foram mantidas e tem validade de dois anos, entre 2018 e 2020.

## Mais de 100 mil perdem direitos com demissão por comum acordo

Apesar da perda de direitos na hora da rescisão, a demissão por comum acordo entre patrão e trabalhador, sem a presença do sindicato da categoria, criada pela reforma Trabalhista do ilegítimo e golpista Michel Temer, tem aumentado no País. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, que registrou ano passado 109.508 demissões nessa modalidade.

Os que aderiram perderam o direito ao seguro-desemprego, receberam metade do aviso-prévio e apenas 20% da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) paga pelo patrão - e não mais os 40% a que tinha direito.

Na hora de sacar os valores depositados na conta individual do FGTS, outro baque: quem assina esse tipo de acordo pode tirar 80% do total.



Os 20% restantes ficam depositados e serão incorporados aos valores que forem depositados no futuro, se o trabalhador ou trabalhadora conseguir emprego com carteira assinada. Se não conseguir mais emprego com carteira assinada, poderá sacar somente quando se aposentar ou caso utilize o valor para financiamento da casa própria ou para adquirir linhas de crédito que utilize o FGTS como garantia.

## Convênio com Colégio Adventista dá desconto de até 20% a bancários

O Sindicato firmou convênio com o Colégio Adventista de Maceió que dá desconto de até 20% para filhos de bancários sindicalizados. No turno da manhã o abatimento é de 10%, e no turno da tarde o desconto é em dobro.

A Educação Adventista compreende a maior rede de escolas do Brasil. A metodologia de ensino prepara os alunos para os melhores vestibulares do país. Os professores são qualificados profissionalmente para promover o desenvolvimento integral dos estudantes e formar cidadãos exemplares no ambiente estudantil e na comunidade.

A Rede Educacional Adventista possui o material didático próprio, produzido pela editora Casa Publicadora Brasileira.

O Colégio Adventista de Maceió conta com uma estrutura física e educacional de qualidade como: Ginásio Esportivo; Biblioteca; Playground; Mini-Cidade infantil; Data show; Laboratório de ciências; TV LCD nas salas de aula da Educação Infantil; Serviço de Coordenação Pedagógica Especializado; Serviço de Orientação Educacional; Serviço de Capelania e Orientação Familiar; Serviço de Psicologia Escolar; Ensino Religioso; Inglês e espanhol desde a Educação Infantil; Aulas de Musicalização e Coral; Excursões culturais e recreativas periódicas; Participação



em projetos sociais; Projeto de Leitura; Circuito interno de vigilância com câmeras de segurança; Escolinhas de vôlei e futebol; Intercâmbio cultural e linguístico.

O Colégio Adventista está situado na Avenida Juca Sampaio, 3027 no bairro do Feitosa em Maceió – Alagoas. O telefone para contato é 82 – 4009 7600.



Informativo do Sindicato dos Bancários e Financeiros de Alagoas. Rua Barão de Atalaia, 50, Centro, CEP 57.020-510, Maceió - Alagoas. [www.bancariosal.com.br](http://www.bancariosal.com.br) / E-mail: [bancariosal@bancariosal.com.br](mailto:bancariosal@bancariosal.com.br) / Fone: PABX 82 2121-9200. Deptº Jurídico: 82 2121.9212. Deptº de Comunicação: Diretor Ismael Monteiro, fones: 82 2121.9215 e 2121.9216. Sub-sede de Arapiraca: Rua Monsenhor Macedo, nº 89, Centro - CEP 57.300-370. Fone/Fax: 3522-1564. Jornalista Responsável: Carlos Roberto Pereira Leite (MTE 350 - AL) Tiragem: 3.000 exemplares.